



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0463011/2019

PA COPAM Nº: 13436/2019/001/2019

SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR: MF Indústria, Comércio e Transformações de Minério de Ferro Ltda. - EPP
CNPJ: 22.459.634/0001-40

EMPREENDIMENTO: MF Indústria, Comércio e Transformações de Minério de Ferro LTDA. - EPP
CNPJ: 22.459.634/0001-40

MUNICÍPIO: Itaúna - MG
ZONA: Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional.

CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 2017/17)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-05-01-0	Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco.	2	0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Vinicius de Oliveira Dias

REGISTRO:

CREA-MG 206195/D
ART 14201900000005358648

AUTORIA DO PARECER

Camila Porto Andrade
Analista Ambiental
(Engenheira de Minas)

MATRÍCULA

Prefeitura de
Pains 002434-7

ASSINATURA

De acordo:

Guilherme Tadeu F. Santos
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.395.599-2



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0463011/2019

O empreendimento MF Indústria, Comércio e Transformações de Minério de Ferro Ltda., localizado no município de Itaúna – MG, formalizou em 25/07/2019, na Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco, o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 13436/2019/001/2019, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atividade objeto deste requerimento é unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco, para uma produção de 300.000 t/ano, sendo classificado conforme Deliberação Normativa COPAM Nº 217/2017 pelo seu porte e potencial poluidor em classe 2 e critério locacional 0 (zero), justificando o procedimento simplificado.

Conforme informado, a fase desse requerimento é instalação que ainda irá iniciar, em regime de 2 turnos de 8 h/dia durante 6 dias/semana. O empreendimento contará com um total de 6 funcionários, sendo 5 na produção e 1 no administrativo.

A área diretamente afetada – ADA possui 0,96 hectares e contempla britador, peneiras, área de disposição de minério, estradas, escritório, áreas de apoio e estocagem. Foram apresentados a certidões de registro de imóvel da matrícula 44.120, bem como o cadastro ambiental rural – CAR nº MG-3133808-6D6DF103A6E349B2B076118B7D6DE1E4, no qual é declarado como Reserva Legal uma área de 1,02 hectares, não inferior a 20% da área total do imóvel.

Consta no processo uma declaração da prefeitura de Itaúna informando que a atividade desenvolvida pela MF, bem como o local de instalação da empresa na MG-431, Km 48, s/n, Fazenda Mato grosso, estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município.

Consta nos autos o contrato de arrendamento do imóvel para a atividade de beneficiamento e comercialização de minério de ferro e de produtos siderúrgicos. **Ressalta-se que essa licença ambiental não autoriza a atividade relacionada a produtos siderúrgicos, apenas britagem e peneiramento de minério de ferro.**

Apesar da atividade estar listada na Deliberação Normativa 217/2017 na parte de “unidades operacionais em área de mineração, inclusive unidades de tratamento de minerais”, foi informado no RAS que a empresa adquire minério de ferro de terceiros e que não há operação de lavra no empreendimento, apenas beneficiamento. Como forma de comprovação foi apresentado o contrato de compra e venda de minério de ferro entre a empresa Cofersul e a MF Indústria, Comércio e Transformações de Minério de Ferro Ltda. **Dessa forma, a única atividade autorizada por meio desse processo é a “unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco”, não sendo admitido processamento ou reciclagem de sucata, devendo esta atividade ser regularizada através do código F-05-17-0.**

Conforme informado, a água utilizada para consumo humano será mineral, adquirida em comércio local, enquanto a água para aspersão das vias será adquirida da concessionária local, através de caminhão pipa, quando necessário.

Conforme apresentado por informação complementar, em 4 meses serão instaladas as estruturas de alvenaria para armazenamento dos resíduos sólidos classe I e II e área de trocas de óleo, ambas com canaletas de direcionamento para Caixa SÃO, conforme croqui constante nos autos. A respeito da disposição dos resíduos classe I, foi informado que serão armazenados em bombonas, em local impermeabilizado e com canaletas que direcionam à CSAO. **Ressalta-se que destinação final dos resíduos e efluentes deverá seguir as normas aplicáveis, sendo enviados a locais/empreendimentos regularizados.**



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0463011/2019

No que diz respeito aos resíduos não perigosos foi informado que serão armazenados em bombonas em local coberto e impermeabilizado conforme croqui apresentado. Foi informada a geração de 20 kg/mês do resíduo "areia de fundição". Ressalto que a única atividade autorizada nesse parecer é o beneficiamento de minério de ferro onde serão realizados britagem e peneiramento a seco. **Não está sendo autorizada a produção de fundidos de ferro, tampouco reciclagem de sucata.**

O armazenamento temporário e a destinação final dos resíduos sólidos devem estar ajustados às exigências normativas durante toda a vigência da licença.

Conforme apresentado por informação complementar, o empreendedor decidiu por não construir banheiro em alvenaria, dessa forma, durante a vigência desta licença o empreendimento usará apenas banheiro químico. Foi apresentado o contrato de prestação de serviço com a empresa M. F. Eventos Ltda., bem como as licenças ambientais da mesma para locação de banheiros portáteis, transporte de efluente sanitário e tratamento de esgoto sanitário.

A emissão de particulados proveniente da movimentação de máquinas e veículos no pátio, será mitigada com a aspersão de água, bem como a barreira física de uma cortina arbórea que já foi implantada na área.

A dispersão de ruídos ocorre pelos mesmos motivos da emissão de particulados, e suas medidas de controle incluem manutenções preventivas e o isolamento da área através da cortina arbórea.

Por fim, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento MF Indústria, Comércio e Transformações de Minério de Ferro Ltda., para a atividade "Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco", no município de Itaúna - MG.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do Empreendimento MF Indústria, Comércio e Transformações de Minério de Ferro Ltda.

Para a licença ambiental simplificada, fica determinado as seguintes condicionantes constantes do quadro abaixo:

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ASF, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

OK



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento MF Indústria, Comércio e Transformações de Minério de Ferro Ltda.

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e saída ⁽¹⁾ da Caixa Separadora de Água e Óleo (CSAO) ⁽²⁾	Vazão, DBO, DQO, sólidos em suspensão totais, pH, substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno, óleos minerais.	<u>Semestral</u>

⁽¹⁾ A saída refere-se ao ponto de lançamento no sumidouro.

⁽²⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Relatórios: Enviar anualmente à SUPRAM-ASF, até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à SUPRAM-ASF, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Coprocessamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I - perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

[Handwritten signature]



3. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>Anual</u>

Relatórios: Enviar, anualmente, à Supram-ASF os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.

